PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

REUNIÃO FISCAL DO ÓRGÃO GESTOR DO REGIME DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

ATA 175ª
REUNIÃO ORDINÁRIA ANUAL Nº 06/2026
Data: 23 de junho de 2026
HORÁRIO: 09H25MIN
LOCAL: Paranaguá Previdência – Avenida Gabriel de Lara, nº 1307, Bairro Leblon, Paranaguá/PR.

Aos vinte e três dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às nove horas e vinte e cinco minutos nas dependências da Paranaguá Previdência, situada na avenida Gabriel de Lara nº 1307, bairro Leblon, nesta cidade de Paranaguá/PR, estiveram presentes na centésima septuagésima quinta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Órgão Gestor do Regime de Previdência Municipal, os conselheiros representantes dos segurados, a senhora Zenilda Souza Costa Cruz, a senhora Jussimara Nascimento Fanini e o senhor Jamil de Freitas Maria Junior e o conselheiro representante do Poder Executivo, o senhor André Rocha Smolarek, também participaram da reunião o Diretor Financeiro da Paranaguá Previdência, senhor Sidnei França dos Santos e o Diretor Presidente Ali El Kadri. Pauta: Aprovação da ATA anterior, apresentação do relatório da posição financeira e de investimentos; apresentação das despesas mensais; assuntos gerais; dando início a reunião, a secretária executiva do conselho pergunta se todos os conselheiros fizeram a leitura prévia da ATA, enviada por e-mail e se há alguma observação ou objeção quanto as informações nela contida. Os conselheiros presentes dizem ter feito a leitura e que o conteúdo apresentado está de acordo com o debatido e/ou apresentado na reunião e votam pela aprovação da ATA. Iniciando a reunião o diretor financeiro, faz a apresentação do relatório da posição financeira e de investimentos, que referente ao mês de maio de dois mil e vinte e seis, entregou um resultado de rentabilidade de R$3.043.573,15 (três milhões, quarenta e três mil, quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos), correspondendo a uma rentabilidade acumulada no ano, no valor de R$53.384.443,41 (cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e um centavos), pagamento de dividendos de R$3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), com amortização de R$742.971,76 (setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e seis centavos)-Títulos públicos, Patrimônio Líquido (PL) acumulado em R$1.140.500.406,32 (um bilhão, cento e quarenta milhões, quinhentos mil, quatrocentos e seis reais e trinta e dois centavos). Foi apresentado o acompanhamento da meta atuarial, projetada em 10,90% ao ano (IPCA + 5,81%). Informou-se que a carteira registra rentabilidade acumulada de 5,129% no exercício, restando 5,776% para o atingimento da meta atuarial, considerando as projeções atuais de inflação. O diretor financeiro menciona que, no ano anterior, a meta apresentou-se ligeiramente menor em decorrência da variação da inflação da época, mas ressaltou que a tendência observada para o mês de junho corrente é de nova elevação, justificando a constante oscilação mensal dos parâmetros de referência. Sidnei informa ainda, que, no período, não houve alterações na carteira de investimentos, em razão das restrições impostas pela regulamentação vigente, (Resolução CMN nº 5.272/2025), que veda investimentos em outros segmentos.

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Dando sequência Sidnei apresentou os resultados mensais da carteira de investimentos, destacando a excelente performance dos fundos de crédito privado, que registraram rentabilidade acima de 1,2%. Foram apontados como os principais destaques positivos da renda fixa o fundo Rio Bravo Proteção Dinâmica, Rio Bravo Crédito Privado, 4UM Crédito Privado, seguidos pelo desempenho favorável dos títulos públicos. Continuando Sidnei reportou o resultado de um dos ativos da carteira (mencionado como fundo de ações), apontando que ele encerrou o período com um recuo de 7%. Foram discutidos os assuntos relativos a fundos classificados como estressados, com a apresentação de atualizações sobre o cenário atual e as medidas em andamento para o CARE11, o Fundo OSASCO e os fundos LSH. Adicionalmente, foi reportada a situação do FIP PUMA, informando-se que o referido fundo já se encontra devidamente liquidado. Por fim, relembrou-se a deliberação da última reunião do Comitê, na qual ficou decidido colocar as cotas à venda, conforme o fluxo de negociações, pelo valor estipulado em orçamento de R$ 6,20 (seis reais e vinte centavos). O participante esclareceu que esse posicionamento estratégico foi realizado com o objetivo de cumprir formalmente uma determinação do Tribunal de Contas, demonstrando ao órgão a intenção e a tentativa de alienação do ativo. Dos fundos que compõem a carteira, 75 fundos apresentaram desempenho negativo. A Presidente do Conselho Fiscal, conselheira Zenilda, pergunta ao Diretor Financeiro sobre a atual situação do Fundo Osasco. Em resposta Sidnei Informou sobre o planejamento de visitas técnicas a instituições e empreendimentos em São Paulo no próximo mês, de forma conjunta a um evento institucional no Banco Itaú. No tocante ao Fundo Osasco, foi relatada a estagnação e a total iliquidez de seus ativos, o que inviabiliza o desinvestimento ou a liquidação convencional da carteira. Diante da ausência de fatos novos por parte da gestão, deliberou-se por manter o acompanhamento de longo prazo e a fiscalização da estrutura física do empreendimento, estruturar uma medida judicial com robusto embasamento técnico, com o propósito de formalizar as ações da autarquia na salvaguarda do patrimônio investido. Despesas Administrativas: As despesas administrativas custeadas com a taxa de administração, teve o montante de R$593.848,63 (quinhentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e três centavos), nestas despesas constam pagamento de 13º salário, 1/3 de férias, despesas variáveis efetivo/comissionados, diárias, passagens aéreas, despesas de locomoção dentre outras despesas administrativas. O valor total de vencimento e vantagens fixas de pessoal efetivo e comissionados foi de R$276,392,63 (duzentos e setenta e seis, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos), o diretor financeiro demostra os valores dos benefícios pagos, que no Plano Previdenciário, aposentados (FP) foi de R$1.500.234,26 (um milhão, quinhentos mil, duzentos e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos), pensionistas (FP) R$490.243,48 (quatrocentos e noventa mil, duzentos e quarenta e três reais e quarenta e oito centavos). Sidnei continua a apresentação, informando que no plano financeiro, os valores pagos aos aposentados (FF) R$1.693.562,24 (um milhão, seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e dois reais e vinte e quatro centavos), pensionistas (FF) R$589.143,87 (quinhentos e oitenta e nove mil, cento e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos). Seguindo a pauta, o Diretor Financeiro apresentou o demonstrativo de arrecadação do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro de maio, totalizando R$ 10.166.661,78. O Diretor detalhou que o montante é composto pela contribuição dos servidores (R$

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

4.573.790,34) e pela cota patronal (R$ 5.307.236,40), englobando os repasses mensais regulares da Prefeitura, Câmara e CAGEPAR. Referente a concessão de aposentadorias e pensões, o diretor informa que foram concedidas no mês de maio/2026, 05 (cinco) benefícios, sendo 01 (uma) aposentadoria por idade, 02 (duas) por idade e tempo de contribuição, 02 (duas) aposentadoria especial e 01 (uma) compulsória), sendo 03 (três) do fundo previdenciário e 02 (dois) do fundo financeiro, no valor de R$20.037,62 (vinte mil, trinta e sete reais e sessenta e dois centavos). Foi informado também pelo diretor financeiro, o desligamento de dois benefícios de aposentadoria em razão de óbito dos servidores aposentados no valor de R$29.650,25 (vinte e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). Também foi registrado que um dos casos gerou concessão de benefício de pensão por morte ao dependente no valor de R$22.474,15 (vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e quinze centavos. Na sequência são apresentados os processos licitatórios que estão em análise/abertos/finalizados/pregão e em andamento no mês de maio de 2026, que são: Dispensa de licitação: Manutenção das portas de vidros – em andamento, Aquisição de material de informática (telas e outros) em andamento. Pregão/dispensa: Empresa Especializada em cessão de uso Software de automação Financeira e demais sistemas - em andamento, Contratação de agente de integração de estágios – em andamento (pregão), Material de expediente – em andamento. Em análise: Contratação de perícia médica, e Contratação de empresa especializada em manutenção e limpeza de equipamentos de ar condicionado (incluindo peças e materiais necessários). Inexigibilidade: 2ª Edição Semana Previdenciária da APEPREV em andamento. Na sequência, foi apresentado o parecer do Conselho Fiscal referente à prestação de contas do exercício de 2025, o qual, com base legal e parecer definitivo, opinou pela regularidade das contas com base nos documentos e demonstrativos analisados. Na oportunidade, os membros tomaram conhecimento da Política de Segurança da Informação da PARANAGUAPREV, a qual será encaminhada ao Conselho Deliberativo para a devida aprovação. Comissão de Reforma: O Presidente da comissão informou a conclusão dos trabalhos pertinentes. Comunicou, ainda, que, antes da convocação da próxima reunião geral, os estudos elaborados serão encaminhados no grupo dos conselhos. O Diretor-Presidente ressaltou que o objetivo do envio antecipado dos documentos é permitir que cada conselheiro acompanhe e analise o material previamente. Dessa forma, todos os membros do colegiado estarão devidamente habilitados a pontuar eventuais alterações ou novas implementações de forma organizada durante a reunião geral. Pró-Gestão: No âmbito das ações para o atendimento dos requisitos do Pró-Gestão, o Comitê de Investimentos apresentou o parecer trimestral contendo os resultados dos investimentos do período. Em complemento, o Conselho Fiscal apresentou manifestação formal, por meio de parecer em separado, com suas conclusões acerca da observância das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos vigente. A Conselheira Zenilda ressaltou o cumprimento das diretrizes do Programa Pró-Gestão, que determinam a obrigatoriedade de aprovação, por este Conselho, dos relatórios e pareceres de investimentos emitidos trimestralmente pelo Comitê de Investimentos. Registrou que o parecer técnico referente ao trimestre anterior foi apresentado na reunião passada e pautou a necessidade de sua formal deliberação e aprovação nesta sessão, em estrita observância à legislação e às boas práticas de governança. Informou que o documento já foi assinado pelos membros do Comitê e será

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

compartilhado com o Conselho para análise prévia, visando à sua aprovação e posterior envio junto à prestação de contas na próxima reunião do Conselho Deliberativo. Capacitação: O Conselho Fiscal solicitou à Presidência a autorização para a participação de seus membros no 14º Congresso Brasileiro de Conselheiros de RPPS – ABIPEM, programado para os dias 2, 3 e 4 de dezembro de 2026. Nada mais a ser discutido, foi determinado a mim Claudinéia Santos_____, lavrar a presente Ata que será assinada pelos presentes. A reunião do Conselho Fiscal foi encerrada as dez horas quarenta e sete minutos.

Paranaguá, 23 de junho de 2026.

Zenilda Souza Costa Cruz Representante dos Segurados – Titular Presidente	Jussimara Nascimento Fanini Representante dos Segurados
Jamil de Freitas Maria Junior Representante dos Segurados	André Rocha Smolarek Representante do Poder Executivo –Titular
Ali El Kadri Diretor Presidente	Sidnei França dos Santos Diretor Financeiro